

# RELATÓRIO DA AGENDA ESTRATÉGICA **ELETOENERGÉTICA** **2026**

MARÇO DE 2026



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente: Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente: Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

### MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Ministro: Alexandre Silveira de Oliveira

Secretário Executivo: Gustavo Cerqueira Ataíde

### SECRETARIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

Secretário: João Daniel de Andrade Cascalho

Secretário-substituto: Frederico de Araújo Teles

Diretor de Programa: Guilherme Silva de Godoi

### DEPARTAMENTO DE DESEMPENHO DA OPERAÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO

Diretor: Victor Protázio da Silva

#### Coordenação Técnica

Rogério Guedes da Silva

#### Equipe Técnica

André Luís Gonçalves de Oliveira  
Edson Thiago N. de Jesus  
Francisco José Cerqueira da Silva  
Juliana Oliveira do Nascimento  
Leonardo de Oliveira Marques

#### COLABORADORES

Ministério de Minas e Energia -  
MME

Adrimar Venancio do Nascimento  
André Grobério Lopes Perim  
André Krauss Queiroz  
Brendon Gonçalves Lopes  
Bruno Almeida Ribeiro

Christianity Salgado Faria  
Claudia Elisabeth Bezerra Marques  
Claudiane Marques de Castro  
Claudir Afonso Costa  
Cristiano Augusto Trein  
Daniel Bruno da Silva  
Douglas Estevam de Paiva  
Enzo Leonardo Ferreira Brito  
Eucimar Kwiatkowski Augustinhak  
Fabricio Dairiel de Campos Lacerda  
Flávia Carvalho Carreira  
Gustavo Magalhães Pinto Assis  
Henrique M. B. de Andrade  
Jair Junior Gomes Araújo  
João Guilherme N. Lourenço  
Karina Araujo Sousa  
Kelly dos Santos Penga  
Larissa Damascena da Silva  
Ligia de Lima Lucena  
Lorena Melo Silva Perim  
Luis Henrique Wiltgen de Toledo  
Marlian Leão de Oliveira  
Rebecca Cristina Mendes de Souza  
Ricardo Nogueira Silveira

Rogério Alexandre Reginato  
Ronaldo Eugênio de Souza Filho  
Vanialucia Lins Souto  
Wallace Tayson Abreu dos Santos  
Weibson Gustavo de Souza Gomes  
Wilker Gabriel A. do Nascimento  
Wilson Rodrigues de Melo Junior

Agência Nacional de Energia  
Elétrica - ANEEL

Ana Cláudia Cirino dos Santos  
Benny da Cruz Moura  
Carlos Alberto Calixto Mattar  
Felipe Alves Calabria  
Giácomo Francisco Bassi Almeida  
Júlio Ferraz  
Leandro Caixeta Moreira  
Mariana Sampaio Gontijo Vaz  
Paola Bembom Garcia Torres  
Paulo Luciano de Carvalho  
Rafael Ervilha Caetano  
Renato Eduardo Farias de Sousa  
Sérgio Ribeiro Leite  
Thais Barbosa Coelho

Agência Nacional de Petróleo,  
Gás Natural e Biocombustíveis -  
ANP

Almir Beserra dos Santos  
Carlos Eduardo de Lemos Monteiro  
Suzi Ane Costa Barbosa

Câmara de Comercialização de  
Energia Elétrica - CCEE

Alexandre Ramos  
Cesar Pereira  
Ricardo Simabuku  
Rodrigo Sacchi

Empresa de Pesquisa Energética  
- EPE

Caio Monteiro Leocadio  
Fernanda Fidelis Paschoalino  
Gustavo Pires da Ponte  
Heloisa Borges Bastos Esteves  
Marcos Vinicius G. da Silva Farinha

Reinaldo da Cruz Garcia  
Rodrigo Ribeiro Ferreira  
Thiago Guilherme Ferreira Prado  
Thiago Ivanoski Teixeira

Operador Nacional do Sistema  
Elétrica - ONS

Danielle Bueno de Andrade  
Diogo Pereira Marques Cruz  
Fausto Pinheiro Menezes  
Hevilo de Oliveira Goncalves  
Luiz Guilherme Barbosa Marzano  
Maria Aparecida Martinez  
Maria Candida Abid Lima  
Pedro Garrido  
Simone Borim da Silva  
Vagner dos Santos Begni



## SUMÁRIO

|                                                       |    |
|-------------------------------------------------------|----|
| Apresentação .....                                    | 6  |
| Contextualização.....                                 | 7  |
| Ações Estratégicas .....                              | 9  |
| Diretrizes gerais de seleção .....                    | 9  |
| Divisão de grupos .....                               | 9  |
| I. Atendimento à Ponta/Rampa da Carga .....           | 9  |
| II. Atendimento à Carga Mínima .....                  | 10 |
| III. Segurança e Confiabilidade Eletroenergética..... | 11 |
| Composição dos grupos .....                           | 12 |
| Informações adicionais sobre as ações.....            | 13 |
| Governança .....                                      | 21 |
| Monitoramento das ações .....                         | 21 |
| Cronograma .....                                      | 23 |
| Conclusão .....                                       | 24 |

## ÍNDICE DE FIGURAS

|                                                                                                        |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 - Índice Chuva/Evaporação - SPEI 12 meses. ....                                               | 7  |
| Figura 2 - Evolução anual da capacidade instalada de geração - Ano 2025. ....                          | 8  |
| Figura 3 - Dia de ocorrência da Carga Global Máxima verificada 26/02/2025. ....                        | 10 |
| Figura 4 - Curvas da Carga Supervisionada Mínima em 2023, 2024 e 2025. ....                            | 10 |
| Figura 5 - Modulação das Fontes para Atendimento da Demanda Supervisionada Mínima do SIN em 2025. .... | 11 |
| Figura 6 - Governança da Agenda .....                                                                  | 21 |
| Figura 7 - Previsão de conclusão das ações.....                                                        | 22 |
| Figura 8 - Cronograma da Agenda.....                                                                   | 23 |

## ÍNDICE DE TABELAS

|                                                                         |    |
|-------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1 - Ações para Atendimento à Ponta/Rampa da Carga.....           | 12 |
| Tabela 2 - Ações para Atendimento à Carga Mínima.....                   | 12 |
| Tabela 3 - Ações para Segurança e Confiabilidade Eletroenergética ..... | 13 |

## Apresentação

A Secretaria Nacional de Energia Elétrica, do Ministério de Minas e Energia (SNEE/MME), propôs na 314ª Reunião do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), realizada em 14 de janeiro de 2026, a edição de um novo instrumento de gestão que definirá a relação das principais medidas preventivas interinstitucionais voltadas à segurança e à confiabilidade do suprimento eletroenergético em 2026, denominado Agenda Estratégica Eletroenergética 2026. Na ocasião, foi solicitado aos membros do Comitê o encaminhamento de contribuições, visando a consolidação das ações da Agenda. Na 315ª Reunião do CMSE, realizada em 11 de fevereiro de 2026, o referido instrumento foi aprovado pelo colegiado.

A Agenda permite uma coordenação antecipada entre os diversos agentes setoriais e instituições, considerando os cenários operativos, a evolução da matriz elétrica, o comportamento da carga e os riscos associados ao atendimento ao sistema.

O estabelecimento desta Agenda mostra-se de fundamental importância para o setor elétrico, pois permite identificar pontos de atenção, priorizar ações preventivas e orientar decisões de planejamento, operação, comercialização, regulação e fiscalização, reforçando a segurança do suprimento e a confiabilidade do Sistema Elétrico Brasileiro (SEB). Além disso, a iniciativa contribui para uma maior transparência e clareza junto à sociedade sobre os desafios estruturais e conjunturais a serem enfrentados pelo setor elétrico ao longo do ano de 2026, sob acompanhamento do CMSE.

Este relatório está estruturado em quatro capítulos: (i) Contextualização; (ii) Ações Estratégicas; (iii) Governança; e (iv) Cronograma.

No primeiro capítulo é feita a contextualização da motivação para a criação deste novo instrumento de gestão do setor elétrico. Já no segundo capítulo, são apresentadas as ações que compõem a Agenda, abordando as diretrizes de seleção das ações e sua divisão em grupos temáticos. O terceiro capítulo traz a governança para a implementação da Agenda e a forma de monitoramento das ações. O último capítulo apresenta o cronograma de implementação da Agenda.

A Agenda, ao definir as ações estratégicas, de forma estruturada e organizada, apresenta-se como um instrumento importante de governança setorial, subsidiando o CMSE na tomada de decisão e no acompanhamento contínuo das condições de atendimento e segurança do suprimento eletroenergético ao longo deste ano.

Por fim, cabe registrar o reconhecimento ao empenho de todas as instituições envolvidas com a realização deste trabalho, que terão papel fundamental para a implementação das ações constantes desta Agenda.

## Contextualização

Nos últimos anos, o SEB enfrentou sucessivos desafios quanto à segurança e à confiabilidade do suprimento eletroenergético, sobretudo em razão de períodos hidrológicos desfavoráveis, intensificados pelas mudanças climáticas, e de transformações na composição da matriz elétrica nacional.

Os períodos hidrológicos desfavoráveis são períodos prolongados de aflúências abaixo da média histórica de longo termo (MLT), impactando significativamente os níveis de armazenamento dos reservatórios e exigindo maior acionamento de termelétricas e medidas excepcionais de operação, como a importação de energia de países vizinhos (Argentina e Uruguai).

Conforme apresentado na Figura 1, as condições hidrológicas têm sido marcadas, ao longo dos últimos anos, por baixos índices de chuva/evaporação, caracterizando um cenário persistente de escassez hídrica.

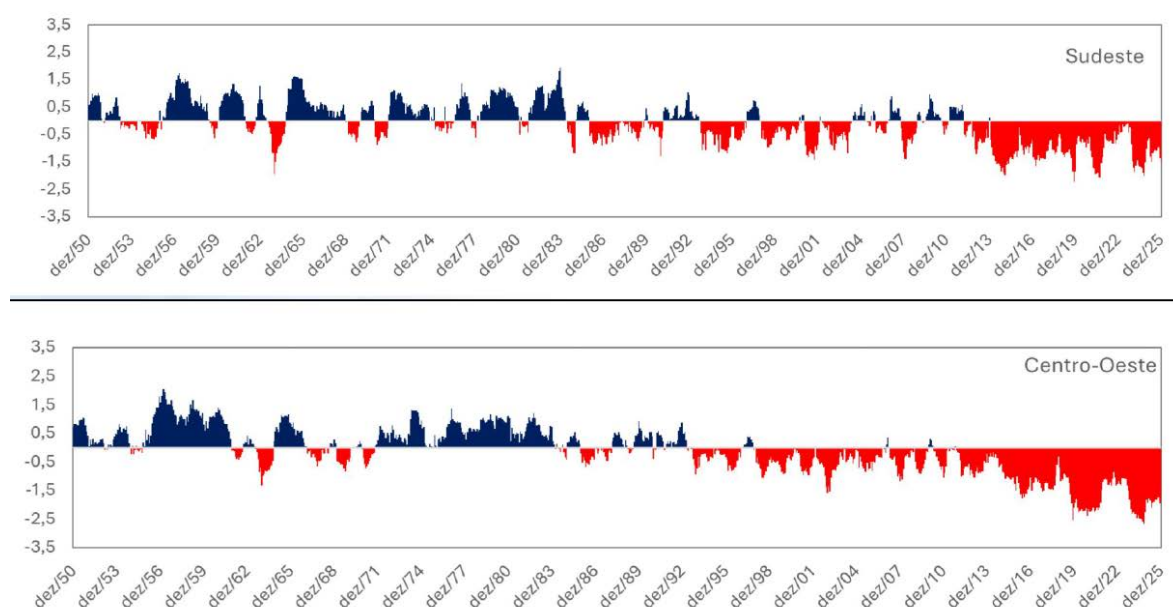


Figura 1 - Índice Chuva/Evaporação - SPEI 12 meses.  
Fonte: CEMADEN - Apresentação 314ª Reunião do CMSE.

Tal ilustração reflete não apenas a variabilidade climática, mas também a intensificação de eventos extremos de seca, exigindo atenção contínua e a adoção de estratégias de gestão e uso sustentável dos recursos hídricos.

Com relação às mudanças na composição da matriz elétrica, conforme Figura 2, observa-se o crescimento da participação de fontes renováveis variáveis, resultando numa maior complexidade da operação do sistema, especialmente para atendimento às variações da carga (períodos de rampa, ponta e mínima).

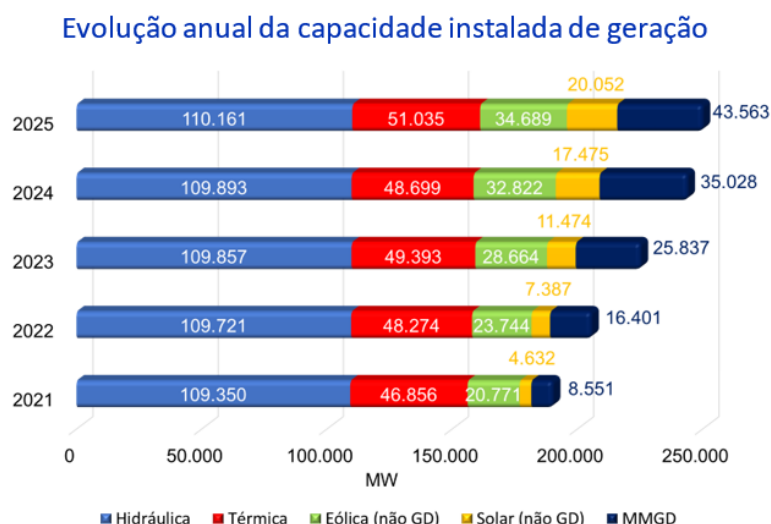


Figura 2 - Evolução anual da capacidade instalada de geração - Ano 2025.  
Fonte: MME

Salienta-se que os referidos fatores combinados ampliam os riscos ao atendimento da carga e à confiabilidade do suprimento eletroenergético, exigindo uma série de ações por parte de instituições do setor elétrico.

Nesse contexto, torna-se imprescindível uma atuação estruturada, coordenada e tempestiva do setor elétrico, envolvendo diversos agentes setoriais e as instituições responsáveis pelo planejamento, operação, comercialização, regulação e fiscalização, inclusive podendo envolver outros setores correlacionados (gás natural, água etc.).

No setor elétrico, o papel de acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético em todo o território nacional compete ao CMSE, criado pela Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.175, de 9 de agosto de 2004, composto por representantes do Ministério de Minas e Energia (MME), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Câmara Comercializadora de Energia Elétrica (CCEE) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

A proposição de uma Agenda Estratégica Eletroenergética surge, portanto, como instrumento de fundamental importância para alinhar esforços interinstitucionais e orientar decisões estratégicas, contribuindo para identificar e tratar pontos de atenção e priorizar ações preventivas, com vistas a reforçar a segurança do suprimento e a confiabilidade do SEB.



## Ações Estratégicas

### Diretrizes gerais de seleção

As ações apresentadas nesta Agenda são aquelas consideradas como as mais estratégicas e/ou prioritárias pelo CMSE, e observando as seguintes diretrizes:

- Ações que contribuam com a segurança e a confiabilidade do suprimento eletroenergético em 2026, com foco principal em impactos na geração e no sistema de transmissão do Sistema Interligado Nacional (SIN); e
- Ações novas ou existentes, em que se deseja acompanhamento diferenciado do CMSE.

Essas ações possuem objetivos claramente definidos, de modo a assegurar que as entregas sejam passíveis de mensuração, acompanhamento e avaliação contínua.

Ressalta-se por fim que as ações apresentadas nesta Agenda não abrangem a totalidade das medidas em curso ou potencialmente aplicáveis, que continuam sendo tratadas pelas instituições responsáveis.

### Divisão de grupos

As ações da Agenda foram divididas a partir de uma lógica de agrupamento temático, adotada com o objetivo de conferir maior clareza e coerência, considerando os desafios mais relevantes do setor.

Nesse contexto, as ações foram distribuídas em três grupos, de acordo com sua natureza e principais objetivos a que se destinam: Atendimento à Ponta/Rampa da Carga; Atendimento à Carga Mínima; e Segurança e Confiabilidade Eletroenergética.

#### I. Atendimento à Ponta/Rampa da Carga

Conjunto de ações voltadas a garantir a capacidade do sistema de atender adequadamente aos períodos de maior demanda e de variações elevadas da carga.

Em termos de rampa de carga, cabe observar que essa tem sido cada vez mais acentuada em razão da crescente participação de Micro e Minigeração Distribuída (MMGD) na matriz elétrica.

A Figura 3 apresenta a Carga Global Máxima verificada no SIN em 2025, ocorrida no dia 26 de fevereiro, bem como a carga atendida sem MMGD. Observa-se ainda na figura a rampa da carga supervisionada pelo ONS, que sofre variações em função das condições meteorológicas e da radiação solar.

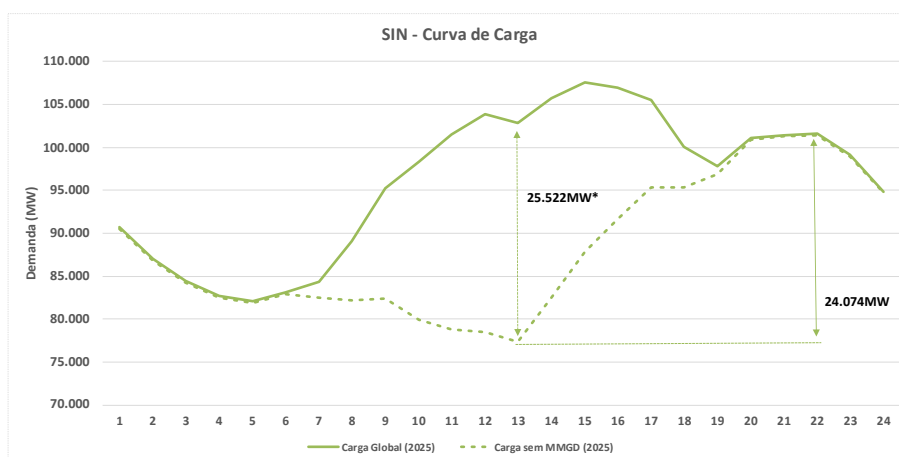


Figura 3 - Dia de ocorrência da Carga Global Máxima verificada 26/02/2025.  
Fonte: ONS.

Esse comportamento evidencia uma intensificação do desafio operacional do sistema elétrico, o que reforça a necessidade de maior flexibilidade operativa, além de um planejamento robusto para garantir a confiabilidade e a segurança do atendimento à carga nos próximos anos.

## II. Atendimento à Carga Mínima

Medidas direcionadas ao gerenciamento do sistema em períodos de menor carga.

A Figura 4 apresenta as curvas de Carga Supervisionada registradas nos domingos em que ocorreram os recordes anuais de demanda supervisionada mínima em 2023, 2024 e 2025.

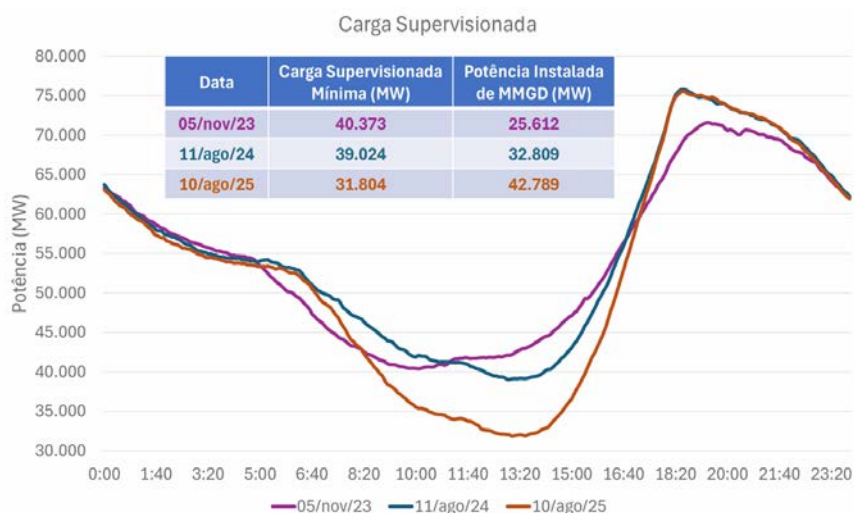


Figura 4 - Curvas da Carga Supervisionada Mínima em 2023, 2024 e 2025.  
Fonte: ONS PAR/PEL 2025

Como observado na figura, a curva de Carga Supervisionada Mínima tem sido cada vez mais acentuada, exigindo a adoção de medidas operativas para reduzir a geração, de forma a manter a estabilidade do sistema.

A Figura 5 detalha a modulação das fontes no atendimento ao recorde de Carga Supervisionada Mínima do SIN, que foi registrado no dia 10 de agosto de 2025.

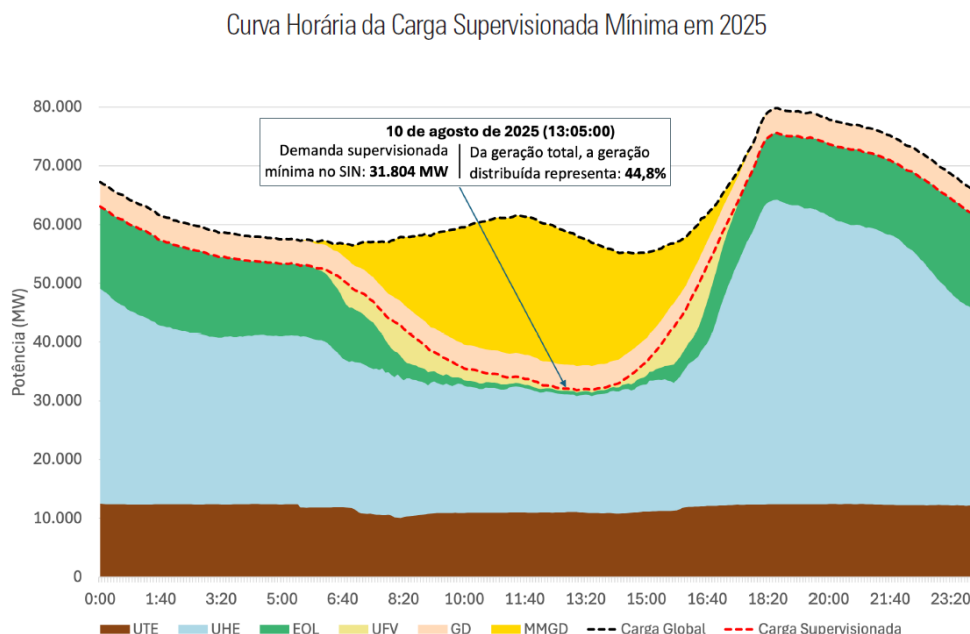


Figura 5 - Modulação das Fontes para Atendimento da Demanda Supervisionada Mínima do SIN em 2025.  
 Fonte: ONS PAR/PEL 2025

Esse comportamento impõe a necessidade de medidas operativas cada vez mais coordenadas e tempestivas, voltadas à redução e à modulação da geração, de modo a preservar a estabilidade e a segurança do SIN.

Tal situação reforça a importância de estratégias de flexibilidade operacional, aprimoramento dos mecanismos de controle e planejamento integrado para a adequada condução do sistema em cenários de baixa demanda.

### III.Segurança e Confiabilidade Eletroenergética

Demais ações destinadas a fortalecer a resiliência do sistema, do ponto de vista elétrico e energético.

As medidas apresentadas têm como objetivo reforçar a segurança e a confiabilidade do suprimento eletroenergético, diante de um cenário marcado por maior complexidade operativa, incertezas hidrológicas e mudanças no perfil de carga e geração.

## Composição dos grupos

A seguir, apresenta-se os grupos com suas respectivas ações.

Tabela 1 - Ações para Atendimento à Ponta/Rampa da Carga

| ATENDIMENTO À PONTA/RAMPA DA CARGA |                                                                                                              |
|------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1.                                 | Realizar testes simultâneos das UTEs conectadas nos Gasodutos Brasil-Bolívia (GASBOL) e Lateral Cuiabá       |
| 2.                                 | Ampliar contribuição de potência da UHE Belo Monte, no período seco, utilizando o reservatório intermediário |
| 3.                                 | Permitir operação da UHE Jirau em cota 90 m                                                                  |
| 4.                                 | Ampliar contribuição de potência das UHEs Jirau e Santo Antônio, no período seco                             |
| 5.                                 | Realizar Leilões de Reserva de Capacidade (LRCAP 2026) - Usinas existentes e novas                           |
| 6.                                 | Realizar Leilões de Reserva de Capacidade (LRCAP 2026) - Armazenamento                                       |
| 7.                                 | Definir diretrizes para antecipação de empreendimentos do LRCAP/LRCE                                         |
| 8.                                 | Prorrogar regra que permite oferta flexível de UTEs                                                          |
| 9.                                 | Incentivar a adesão à Resposta da Demanda                                                                    |
| 10.                                | Avaliar implantação do Horário de Verão em 2026                                                              |
| 11.                                | Aprimorar incentivo a modulação da geração de PCHs, CGHs e pequenas centrais termelétricas                   |

Tabela 2 - Ações para Atendimento à Carga Mínima

| ATENDIMENTO À CARGA MÍNIMA |                                                                   |
|----------------------------|-------------------------------------------------------------------|
| 12.                        | Aprimorar gestão de excedentes de energia na rede de distribuição |
| 13.                        | Definir diretrizes para exportação de excedentes energéticos      |

Tabela 3 - Ações para Segurança e Confiabilidade Eletroenergética

| SEGURANÇA E CONFIABILIDADE ELETROENERGÉTICA                                                                                 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 14. Aprovar Curva de Referência CRef 2026                                                                                   |
| 15. Antecipar empreendimentos que contribuam para ampliação do intercâmbio entre regiões e para oferta adicional de geração |
| 16. Elaborar Plano de Ação para tratar das reduções de vazão mínima na bacia do Paraná                                      |
| 17. Aprimorar as bases de dados elétrica e energética - estrutural                                                          |
| 18. Aprimorar as bases de dados elétrica e energética - desconsiderar usinas com alto risco de não implantação              |
| 19. Prorrogar regra que aumenta a disponibilidade das UTEs <i>Merchants</i>                                                 |
| 20. Apresentar resultado do processo de fiscalização das UTEs <i>Merchants</i>                                              |
| 21. Antecipar obras de derrocamento do Canal de Nova Avanhandava                                                            |
| 22. Manter hidrograma vigente da UHE Belo Monte                                                                             |
| 23. Avaliar despacho energético antecipado de termelétrica e importação de energia                                          |
| 24. Avaliar aumento da flexibilização dos critérios de intercâmbio entre regiões                                            |
| 25. Avaliar os parâmetros de aversão ao risco de 2026                                                                       |
| 26. Apresentar resultados do processo de fiscalização das interligações dos sistemas isolados da região Norte               |
| 27. Avaliar solução estrutural da integração dos gasodutos e parque termelétrico na região Norte                            |

### Informações adicionais sobre as ações

#### Atendimento à Ponta/Rampa da Carga

**Ação 1** - Realizar testes simultâneos das UTEs conectadas nos Gasodutos Brasil-Bolívia (GASBOL) e Lateral Cuiabá.

Descrição: Testar disponibilidade conjunta de potência das UTEs que dependam do GASBOL e do gasoduto Lateral Cuiabá. Além disso, identificar limitantes de disponibilidade de geração termelétrica em situações de uso concomitante das usinas, de forma a melhorar a consideração e representação desta disponibilidade nas etapas de operação, programação e planejamento da geração.

Responsável: ONS

Participantes: ANEEL, ANP, MME/SNPGB e CMSE

**Ação 2** - Ampliar contribuição de potência da UHE Belo Monte, no período seco, utilizando o reservatório intermediário.

Descrição: Revisar condição operativa constante da outorga da UHE Belo Monte (outorga nº 1.522, de 24 de junho de 2024), de forma a prever flexibilização da vazão mínima a ser mantida no reservatório intermediário, dos atuais 300 m³/s (a qual poderá ser operada em pulsos, desde que a média da vazão a cada dois dias seja sempre igual ou superior a este valor) para 100



m<sup>3</sup>/s, com mesmas condições de pulsos em situações que afluência estiver em níveis considerados críticos. Ação visa preservar cota mínima do reservatório, mantendo sempre operante o Sistema de Transposição de Peixes e a cota mínima operacional da UHE Belo Monte. Tal ação possibilita o uso do recurso no período de ponta, durante o período seco.

Responsável: MME/SNEE

Participantes: CMSE, ANA, IBAMA e Concessionário

**Ação 3** - Permitir operação da UHE Jirau em cota 90 m.

Descrição: Viabilizar a operação da UHE Jirau em cota 90 m (constante ou ampliada).

Responsável: MME/SNTEP

Participantes: ONS e CNPE

**Ação 4** - Ampliar contribuição de potência das UHEs Jirau e Santo Antônio, no período seco.

Descrição: Avaliação de operação alternativa da UHE Jirau, realizando modulação que possa gerar melhor aproveitamento do recurso hidráulico em momentos de ponta/rampa de carga. É importante avaliar também impactos e medidas necessárias a respeito da operação da UHE Santo Antônio.

Responsável: MME/SNEE

Participantes: ONS, ANA, IBAMA e Agentes de Geração

**Ação 5** - Realizar Leilões de Reserva de Capacidade (LRCAP 2026) - Usinas existentes e novas.

Descrição: Processo de contratação de empreendimentos para assinatura de Contratos de Reserva de Capacidade (CRCaps) para início de suprimento em 2026, 2027, 2028, 2029, 2030 e 2031.

Responsável: MME/SNTEP

Participantes: ANEEL, CCEE, EPE e ONS

**Ação 6** - Realizar Leilões de Reserva de Capacidade (LRCAP 2026) - Armazenamento

Descrição: Instrução de Portaria de Diretrizes e realização de processo de contratação de empreendimentos para assinatura de Contratos de Reserva de Capacidade (CRCaps).

Responsável: MME/SNTEP

Participantes: ANEEL, CCEE, EPE e ONS

**Ação 7 - Definir diretrizes para antecipação de empreendimentos do LRCAP/LRCE**

Descrição: Elaboração de Resolução CMSE com diretrizes e metodologia para antecipação de contratos dos LRCAP/LRCE.

Responsável: MME/SNEE

Participantes: ANEEL, EPE, CCEE, ONS e CMSE

**Ação 8 - Prorrogar regra que permite oferta flexível de UTEs**

Descrição: Prorrogação da vigência da portaria que estabelece diretrizes para operação em condição diferenciada de usinas termelétricas para atendimento de potência no SIN, permitindo que UTEs ofertem um Custo Variável Unitário (CVU) diferenciado, para atendimento a produtos de potência. Aplicam-se às usinas termoeletricas em operação comercial despachadas centralizadamente pelo ONS e disponíveis para atendimento ao SIN, com exceção daquelas que já tenham iniciado o suprimento em atendimento a Contratos de Potência de Reserva de Capacidade.

Responsável: MME/SNEE

Participantes: ANEEL, CCEE e ONS

**Ação 9 - Incentivar adesão à Resposta da Demanda**

Descrição: Incentivar a adesão dos consumidores ao mecanismo de resposta da demanda, por meio de ações que ampliem a liquidez do mercado e a participação de consumidores, bem como o desenvolvimento de novo produto.

Responsável: CCEE e ONS

Participantes: ANEEL e EPE

**Ação 10 - Avaliar implantação do Horário de Verão em 2026**

Descrição: O Horário de Verão foi revogado em 2019, por meio da publicação do Decreto nº 9.772/2019, após estudos mostrarem que a aplicação dessa política não trazia mais os benefícios para o setor elétrico. Após mudanças na composição da matriz elétrica brasileira, novos estudos serão solicitados ao ONS para a avaliação da pertinência da implementação do Horário de Verão em 2026/2027.

Responsável: MME/SNEE

Participantes: ONS

**Ação 11** - Aprimorar incentivo à modulação da geração de PCHs, CGHs e pequenas centrais termelétricas

Descrição: A atividade consiste em avaliar e propor aprimoramentos nos regulamentos, procedimentos e sinais econômicos que incentivem a modulação da geração de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH) e Pequenas Centrais Termelétricas (PCTs), cujos recursos não são despachados centralizadamente, de forma a alinhar seus perfis de geração às necessidades sistêmicas do SIN, especialmente nos períodos de ponta de carga.

Responsável: CCEE

Participantes: ANEEL, MME/SNEE e ONS

**Ação 12** - Aprimorar gestão de excedentes de energia na rede de distribuição

Descrição: Estabelecer mecanismos de gestão de excedentes de energia na rede de distribuição, em situações em que haja risco de esgotamento dos recursos de redução de geração centralizada para controle de frequência, visando garantir a segurança operativa do SIN.

Responsável: ONS

Participantes: ANEEL e Distribuidoras

**Ação 13** - Definir diretrizes para exportação de excedentes energéticos

Descrição: Aprimoramentos no processo de exportação de energia elétrica interruptível têm por objetivo aperfeiçoar a gestão dos recursos energéticos, a operação do sistema elétrico e a segurança das transações internacionais.

Responsável: MME/SNEE

Participantes: ANEEL, CCEE e ONS

**Ação 14** - Aprovar Curva de Referência CRef 2026

Descrição: Elaboração das Curvas Referencias de Armazenamento (CRef) para o ano de 2026, e sua aprovação no âmbito do CMSE.

Responsável: ONS

Participantes: ANEEL, CCEE, EPE, MME/SNEE e CMSE

**Ação 15** - Antecipar empreendimentos que contribuam para ampliação do intercâmbio entre regiões e para oferta adicional de geração

Descrição: Identificar empreendimentos de geração e de transmissão - que promovam o aumento dos limites de intercâmbio entre os subsistemas, com possibilidade de operação comercial até setembro de 2026. E realizar reuniões de monitoramento com os agentes com o objetivo de antecipar possíveis entraves na implantação.

Responsável: ANEEL

Participantes: MME/SNEE e ONS

**Ação 16** - Elaborar Plano de Ação para tratar das reduções de vazão mínima na bacia do rio Paraná

Descrição: Estabelecer a governança, o processo e a minuta de eventuais instrumentos normativos para assegurar a tempestiva redução das defluências mínimas das UHEs Jupiá e Porto Primavera, motivado a partir de deliberação da 311ª Reunião do CMSE.

Responsável: MME/SNEE

Participantes: ONS

**Ação 17** - Aprimorar bases de dados elétrica e energética - estrutural

Descrição: Avaliações de possíveis compatibilizações de premissas e critérios para representação de fontes de geração nas bases de dados de estudos elétricos e energéticos.

Responsável: MME/SNEE

Participantes: ANEEL, CCEE, EPE, ONS e CMSE

**Ação 18** - Aprimorar bases de dados elétrica e energética - desconsiderar usinas com alto risco de não implantação

Descrição: Realização de procedimentos para desconsiderar nos estudos elétricos, a partir de janeiro de 2026, as usinas que tenham recebido Termo de Intimação (TI), da ANEEL, que estejam com obra não iniciada ou com alto risco de não implantação.

Responsável: MME/SNEE

Participantes: ANEEL, CCEE, EPE, ONS e CMSE

**Ação 19** - Prorrogar regra que aumenta a disponibilidade das UTEs *Merchants*

Descrição: Prorrogação da vigência da portaria que autoriza, em caráter excepcional e temporário, a inclusão de custos fixos ao CVU para geração de energia elétrica de UTEs despacháveis centralizadamente, operacionalmente disponíveis, desde que não possuam Contrato de Comercialização de Energia Elétrica vigente, conhecidas como usinas Merchants.

Responsável: MME/SNEE

Participantes: ANEEL, CCEE, EPE e ONS

**Ação 20** - Apresentar resultado do processo de fiscalização das UTEs *Merchants*

Descrição: Dar continuidade às ações de fiscalização das usinas termelétricas Merchants para que a declaração de disponibilidade delas reflita a real condição física e comercial para atendimento a comando de despacho do ONS, de modo a evitar eventual frustração de despacho.

Responsável: ANEEL

Participantes: ONS e CMSE

**Ação 21** - Antecipar obras de derrocamento do Canal de Nova Avanhandava

Descrição: Realizar tratativas com Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e Governo de São Paulo, acerca do atual andamento das obras de derrocamento do pedral de Nova Avanhandava, de forma pactuar ações para antecipar conclusão dos serviços que viabilizem ajustar as restrições de cota mínima operacional dos reservatórios das UHEs Ilha Solteira e Três Irmãos.

Responsável: MME/SNEE

Participantes: ONS, CMSE, Comitê Gestor de Contas do Programa de Revitalização da área de Furnas, DNIT e Governo de São Paulo

**Ação 22** - Manter hidrograma vigente da UHE Belo Monte

Descrição: Avançar em tratativas com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), acerca da manutenção do hidrograma vigente em operação ao longo de 2026, e definir estratégias para estudar alternativas que mitiguem os atuais impactos observados preservando-se ao máximo a capacidade de geração para atendimento eletroenergético do SIN.

Responsável: MME/SNEE

Participantes: CNPE, IBAMA e Concessionário

**Ação 23 - Avaliar despacho energético antecipado de termelétrica e importação de energia**

Descrição: Avaliar a necessidade de despacho energético antecipado de termelétrica (despacho por garantia de suprimento energético – GE) e importação de energia, com base nas condições hidroenergéticas e nos estudos prospectivos.

Responsável: MME/SNEE

Participantes: ANEEL, CCEE, EPE, ONS e CMSE

**Ação 24 - Avaliar aumento da flexibilização dos critérios de intercâmbio entre regiões**

Descrição: Analisar a adoção de critérios operativos menos restritivos no âmbito do SIN, com o objetivo de ampliar a capacidade de intercâmbio energético entre os subsistemas. Tal ação busca viabilizar maior aproveitamento dos excedentes de geração renovável das regiões Norte e Nordeste, reduzindo o deplecionamento dos reservatórios dos subsistemas Sudeste/Centro-Oeste e Sul ao longo do período seco. A ação deve contemplar a avaliação sistemática dos riscos operativos e dos benefícios sistêmicos associados a cada nível de flexibilização dos critérios de segurança atualmente estabelecidos e aplicados pelo ONS, à luz do arcabouço regulatório vigente.

Responsável: MME/SNEE

Participantes: ANEEL, EPE, ONS e CMSE

**Ação 25 - Avaliar parâmetros de aversão ao risco de 2026**

Descrição: Definir os parâmetros de aversão ao risco a serem utilizados nos modelos computacionais durante o ano de 2026, em cumprimento à Resolução CNPE nº 1, de 12 de março de 2024.

Responsável: CCEE e ONS

Participantes: EPE e CMSE

**Ação 26 - Apresentar resultados do processo de fiscalização das interligações dos sistemas isolados da região Norte**

Descrição: Aprimorar as ações de fiscalização das obras que visam a interligação de localidades dos sistemas isolados ao SIN, por meio do monitoramento mensal da evolução física das obras e das previsões de conclusão, da realização de reuniões com os agentes para antecipar e mitigar possíveis entraves à implantação dos empreendimentos e de ações em campo para validação das informações, com foco na compatibilidade entre as vigências de eventuais Contrato de Comercialização de Energia Elétrica e Potência nos Sistemas Isolados (CCESI) e as datas previstas de interligação.



Responsável: ANEEL

Participantes: MME/SNTEP

**Ação 27** - Avaliar solução estrutural da integração dos gasodutos e parque termelétrico na região Norte

Descrição: Estudo sobre a disponibilidade de gás para suprir as necessidades das usinas termelétricas (existentes e novas em implantação) na região Norte.

Responsável: EPE

Participantes: ANP e MME/SNPGB

## Governança

Conforme Figura 6, para a implementação da Agenda foi estabelecido que a coordenação geral dos trabalhos caberá ao Departamento de Desempenho da Operação do Sistema Elétrico (DDOS), da Secretaria Nacional de Energia Elétrica (SNEE), do MME.

Cada ação estratégica da Agenda conta com um responsável por sua coordenação, sendo o MME, a ANEEL, a EPE, o ONS e a CCEE as instituições designadas para essa função.

A governança conta ainda com o apoio técnico da ANP, garantindo integração entre os segmentos de planejamento, operação, comercialização, regulação e fiscalização, de modo a promover maior efetividade e obter as melhores soluções de implementação das ações. Cabe destacar a participação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) em importantes ações que envolvem matérias de sua competência.

Observa-se que outras instituições e agentes constam como participantes em razão da sua relação direta com as respectivas ações.

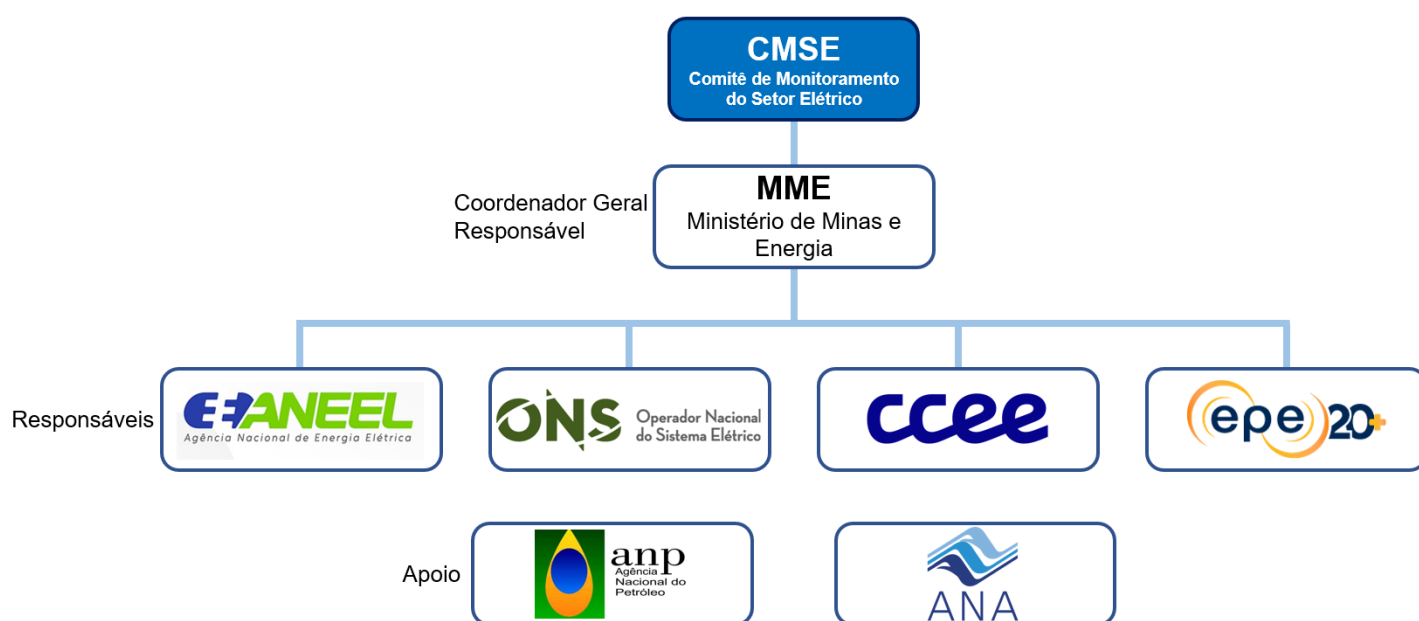


Figura 6 - Governança da Agenda

## Monitoramento das ações

O monitoramento das ações da Agenda é essencial para o acompanhamento de sua implementação, permitindo identificar a necessidade de eventuais adequações, com objetivo de garantir sua efetividade dentro do horizonte temporal estabelecido, ou seja, ainda em 2026.

Para tanto, deverá ser publicado periodicamente relatórios de acompanhamento das ações e de apresentação de resultados parciais e finais, visando uma comunicação transparente e clara com a sociedade acerca do progresso das medidas.

Apresenta-se, na Figura 7, as ações constantes da Agenda, distribuídas com base na previsão do trimestre de conclusão.



Figura 7 - Previsão de conclusão das ações

## Cronograma

A Figura 8, apresenta cronograma com as principais etapas da Agenda.

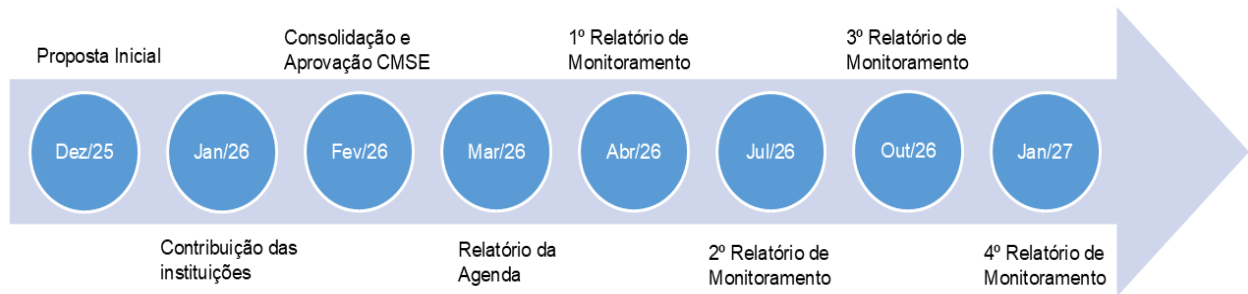


Figura 8 - Cronograma da Agenda

## Conclusão

O Sistema Elétrico Brasileiro tem enfrentado sucessivos desafios relacionados à segurança e à confiabilidade do suprimento eletroenergético, especialmente em função de períodos hidrológicos desfavoráveis – influenciados pelas mudanças climáticas observadas nos últimos anos – e das significativas transformações na composição da matriz elétrica nacional. A Agenda Estratégica Eletroenergética 2026 surge como uma iniciativa importante de respostas a esses desafios, na medida que permite identificar pontos de atenção, priorizar ações preventivas e acompanhar a implementação das ações.

Portanto, a Agenda torna-se um valioso instrumento de governança setorial, subsidiando o CMSE na tomada de decisão e no acompanhamento contínuo das principais ações que buscam garantir o suprimento eletroenergético ao longo deste ano.

Esta Agenda é composta por 27 ações, com contexto interinstitucional, divididas em 3 grupos: Atendimento à Ponta/Rampa da Carga; Atendimento à Carga Mínima; e Segurança e Confiabilidade Eletroenergética.

Por fim, prevê-se publicação periódica de relatórios de monitoramento das ações da Agenda, visando propiciar uma comunicação mais transparente e clara com a sociedade.